

ANÁLISE DO BILINGUISMO NA ESCRITA EM LÍNGUA PORTUGUESA DE SOCIEDADES INDÍGENAS KAINGANG

Moana de Lima SILVA ¹

RESUMO: Baseado nas idéias de Maher (2005:105) acerca do bilinguismo, este artigo foca o estudo de textos, que se caracterizam como coloquiais, não apresentando concordância verbal e nominal, escritos em Português por professores indígenas nativos da língua Kaingang, produzidos no Curso Wãfy. Analisando o estudo de D'Angelis (2004:74), que afirma a inexistência de concordância na Língua Kaingang, induz-se que a escrita em português tomada em conta nesse estudo não pode ser considerada “errada” pela falta de concordância, mas sim, uma escrita que revela competência bilíngue, já que em Kaingang não existe concordância, fato que influencia sua produção em português.

Palavras-chave: Bilingüismo; Kaingang; Português Indígena.

ABSTRACT: Based on the ideas of Maher (2005:105) concerning the bilingual, this article focuses the study of texts, that are characterized as colloquial, not presenting verbal and nominal agreement, written in Portuguese by native indigenous teachers of the Kaingang language, produced in the Curso Wãfy. Analyzing the study of D'Angelis (2004:74), that affirms the inexistence of agreement in the Kaingang language, it is induced that the writing in Portuguese taking into account that study cannot be considered "wrong" for the agreement inexistence, but, a writing that reveals bilingual competence, since in Kaingang doesn't exist agreement, fact that influences her production in Portuguese.

Keywords: Bilingual; Kaingang; Indigenous Portuguese.

Introdução

Os povos indígenas têm sido desde a chegada dos colonizadores europeus, vítimas de preconceito. Suas características são ignoradas e eles são tratados como se todos os povos falassem a mesma língua, partilhassem as mesmas experiências históricas, enfim, como se houvesse uma única “cultura indígena”.

Temos hoje no Brasil cerca de 227 povos indígenas, falando 180 línguas diferentes, vivendo nas mais diversas regiões do nosso país. Mas, mesmo apresentando números que a primeira vista nos impressionam, certamente são números bastante reduzidos se comparado à época da chegada dos portugueses. Como estes povos indígenas representam cerca de 0,2% da população total brasileira (portanto, uma minoria social), eles ficam à margem de direitos fundamentais a todos os cidadãos e de seus direitos específicos, previstos na constituição.

¹ Moana de Lima e Silva é professora de Língua Portuguesa em escolas privadas de ensino fundamental e médio. Formou-se em Letras (Licenciatura) pela Fundação de Ensino Octávio Bastos, atualmente faz Mestrado em Linguística no IEL – UNICAMP e Especialização em Educação na Faculdade São Leopoldo Mandic.

A idéia de Brasil como país monolíngue ainda é extremamente veiculada, seja pela escola, seja pelas instituições sociais, políticas ou religiosas, seja pela mídia. A aceitação de um Brasil monolíngue gera um grave problema, “pois na medida em que não se reconhecem os problemas de comunicação entre falantes de diferentes variedades da língua, nada se faz também para resolvê-los” (Bortoni-Ricardo, 1984, p. 9). Por fim, não são consideradas todas as variantes lingüísticas do português, sejam regionais ou sociais. Ainda dá *status* falar “corretamente”, na idéia ingênua de que a língua dita culta é uma ponte para a ascensão social. Essa variante padrão, no entanto, é reservada a uma pequena parte da população brasileira (a mesma que detém o poder econômico e político). Não é difícil perceber que o modo de falar “correto” é aquele dessa elite e que o modo “errado” é vinculado a grupos de desprestígio social.

No Brasil do século XVI o número de povos indígenas seguramente passava de mil (cf. Rodrigues 1993), cada qual com sua cultura, costumes, crenças, tradições e, principalmente, sua língua própria. O processo de invasão, ocupação e colonização que começou naquele século trouxe-lhes, além de toda violência e destruição física, uma grande carga de imposição cultural e lingüística.

A imposição da Língua Portuguesa, no início minoritária, viria a ser um dos elementos da nacionalidade. A partir do século XVIII, com a crescente hegemonia da língua dos colonizadores, reduziu-se drasticamente a pluralidade ou diversidade lingüística no país, marcando a obrigatoriedade do uso da língua oficial, o Português.²

Os Kaingang, por questões históricas de dominação e inserção em uma sociedade dominante, são um povo que se apoderou da Língua Portuguesa, tanto na oralidade quanto na escrita, fazendo uso desta em vários contextos. Em algumas comunidades esse processo tem mais de século, enquanto em outras não chega a cinquenta anos.

Embora dominando a língua oficial de nosso país, o uso da língua materna em contexto escolar e doméstico é relevante, pois para essa sociedade a Língua Kaingang foi definida como um dos marcadores de sua identidade étnica.

Visto que há um uso de duas línguas nas mesmas comunidades – no caso, os Kaingang falam sua língua materna e a Língua Portuguesa –, estamos diante de uma situação que caracteriza o que se convencionou chamar de Bilinguismo. Pelo uso relevante que a língua

² Teve papel importante nesse processo o Diretório Pombalino (1757).

portuguesa também tem na vida desse povo, inclusive na escrita, podemos classificar os Kaingang como um povo bilíngüe.³

No intuito de tentar compreender esse processo de bilinguismo vivido pelos Kaingang, este artigo, que apresenta o estudo do meu projeto de Mestrado em andamento, volta-se para as situações de contato interétnico e de uso do Português por falantes nativos de língua Kaingang. Com isso, visa contribuir – fornecendo subsídios, tanto no plano teórico quanto social – para a valorização e o fortalecimento da língua Kaingang, e ao reconhecimento da variedade de língua Portuguesa falada e escrita nas comunidades dessa sociedade indígena do Sul do Brasil.

1. O sujeito bilíngüe

“O bilinguismo, uma condição humana muito comum, refere-se à capacidade de fazer uso de mais de uma língua” (MAHER. 2005:105).

A abordagem contrastiva supõe de todo modo, uma concepção de “sujeito bilíngüe”. Essa não é, porém, uma noção única e incontroversa.

Embora, em uma visão macro, o bilinguismo pareça bem esclarecido, no plano individual as teorias estão longe da unanimidade, dando margem a debates e diferentes reflexões.

Terezinha Maher propõe problematizar a questão: Quem é o sujeito bilíngüe?

Uma definição que, para Maher, é ‘idealizada’ pode ser expressa assim: “o sujeito bilíngüe é aquele que ‘funciona’ em duas línguas em todos os domínios, sem apresentar interferência de uma língua na outra” (Halliday et. al., 1984).

Para essa autora, o bilíngüe – não idealizado, mas o de verdade – não exhibe comportamentos idênticos nas duas línguas: “a depender das necessidades impostas por sua história pessoal e pelas exigências de sua comunidade de fala, a depender do tópico, da modalidade, do gênero discursivo em questão, das questões identitárias em jogo, ele é capaz de se desempenhar melhor em apenas uma delas em certas práticas comunicativas.”

A análise do desempenho de diferentes sujeitos bilíngües revelaria, por certo, competências igualmente díspares no manejo de seu repertório linguístico.

Interessa destacar, pois, que seria um grande equívoco afirmar que um sujeito bilíngüe ‘funciona’ nas duas línguas de forma independente, sem apresentar interferência de uma língua

³ D’Angelis 2002 também caracteriza os Kaingang como um povo ‘letrado’.

na outra. A mudança de código e / ou regra não é falta de competência, mas sinal de competência em contexto de bilinguismo.

2. Uma breve análise da sintaxe Kaingang

Como a intenção deste artigo é mostrar alguns dados da análise que está sendo feita em meu projeto de mestrado, sobre a escrita em português de falantes nativos do Kaingang – RS, faz-se necessário o estudo da sintaxe dessa língua, sendo assim, comparem-se os seguintes fatos analisados por D’Angelis em um artigo publicado na revista LIAMES, em 2004, intitulado: “*Concordância verbal de número em Kaingang: algumas pistas*”.

- 1- Kófa vỹ vãfy hynhan tĩ.
velho+Nom. trançado fazer(pl.) Hab.
O velho faz balaaios.
- 2- Kófa ag vỹ vãfy hynhan tĩ.
velho+masc. pl.+Nom. trançado fazer(pl.) Hab.
Os velhos fazem balaaios.
- 3- Kófa ag tóg vãfy han ja nĩ.
Velho+masc.pl.+Nom. trançado fazer(sg.) Asp.1 Asp.2 ⁴
Os velhos fizeram o balaio.

“Nos dados (01) e (02), vemos alternar-se o SN-Sujeito entre o singular (kófa) e o plural (kófa ag), mas em ambos os casos o verbo apresenta a forma reduplicada (hynhan), indicando ‘ação plural’, conforme registra a tradução ao Português⁵. A comparação entre (02) e (03) revela um SN-Sujeito com a mesma forma plural (kófa ag) e a comparação entre os três exemplos mostra que nos três casos a forma do objeto direto é singular. Ainda assim, temos a forma reduplicada do verbo (hynhan) apenas nos dados (01) e (02), em cuja tradução o objeto direto aparece no plural (balaaios), enquanto a forma simples (han) aparece em (03), onde a tradução apresenta o objeto no singular (balaio)” (D’ANGELIS, 2004:75).

Com esses dados, e tantos outros preliminares D’Angelis concluiu que:

⁴ Aspecto 1, *ja*, indica ação acabada, como um *Perfectivo*. Aspecto 2, *nĩ*, indica “posição sentada” ou *Estável, Estado Permanente*.

⁵ O exemplo (03) foi pedido em Português a vários falantes Kaingang de Inhacorá (RS), que então traduziram para sua língua.

“- Na língua Kaingang não existe concordância de número entre o verbo e seus argumentos.

- A língua Kaingang exprime ação plural, múltipla ou repetitiva no verbo, seja por reduplicação, seja por alternância lexical.

- A expressão da ação plural, múltipla ou repetitiva no verbo pode tornar redundante e, portanto, levar a omitir a marca plural tanto no SN – Sujeito como no Objeto.

- Na língua Kaingang não existe concordância de número entre verbo e seus argumentos”(D’ANGELIS, 2004: 76-80).

É nesse contexto de análise da língua Kaingang, relacionando-o ao bilinguismo em Português, que o presente artigo pretende ser útil.

3. Escrita de bilíngues Kaingang - Português

Em um ensaio exploratório (Silva 2006), analisei a expressão escrita, em língua portuguesa, de um conjunto de professores indígenas do Rio Grande do Sul, cuja língua materna é o Kaingang.

Os dados para aquele estudo provieram de trabalhos, exercícios e avaliações produzidos pelos professores em questão, no curso Vãfy⁶, que os capacitou em Magistério – Ensino Médio. O curso foi conduzido pela FUNAI – RS, em parceria com as universidades de Ijaí e Passo Fundo. Desse curso, participaram cerca de vinte professores indígenas, oriundos de dez aldeias do RS.⁷

O que mais ressaltou, na análise dos textos, foi a comum ausência de concordância (verbal e nominal). Sabe-se que em falares regionais ou de classes populares, chamados “não padrão”, essa é uma diferença facilmente perceptível, em relação às regras observadas na fala chamada “norma culta” ou “português padrão”. Isso é um argumento a favor de uma explicação que defenda que os professores Kaingang aprenderam aquele tipo de dialeto regional e, ao escreverem, seguem aquele uso oral. Contra esse argumento é preciso lembrar que os textos escritos em questão foram produzidos em contexto de um curso de Magistério, em situações de

⁶ Vãfy é uma palavra Kaingang que significa: “trançado” ou “artesanato”.

⁷ Os materiais dos quais extraí os dados são do arquivo pessoal do prof. Wilmar D’Angelis (DL-IEL– Unicamp), que atuou como docente no curso Vãfy, e que os disponibilizou para minha consulta, como tem feito com esse e outros materiais de línguas indígenas para outros estudantes que participam de seus cursos avançados.

avaliação, o que nos faz esperar que os redatores estivessem minimamente preocupados em corresponder a uma certa imagem de língua escrita.

Partindo da análise de D' Angelis (2004) e sua conclusão de que não há concordância verbal na língua Kaingang (como já apresentado acima), pode-se começar a pensar que talvez exista alguma influência dessa escrita na escrita em português desses professores indígenas.

Observem-se os dados a seguir, onde foram grifados os trechos em que se observa a ausência de concordância:

- a- “Este índio Lauridano, falou do nascimento das crianças. Ele disse que a criança vai crescendo até ficar grande e tratado de alimentos com seus pais. Antigamente **a criança crescem** assim sem documento porque não existia documentos pelos chefes...”.
- b- “Como **foi dado os nomes** quando **nasce as crianças** antigamente ...”.
- c- “ O Pej são o nome de Garen, Gavóg e outros. **Eles busca remédios** com espírito mau para não olhar para as crianças e também **passa** na língua da viúva ou viúvo, até **sete dia** de dieta, após isso a mulher e o homem podem comer com a sua família...”.
- d- “Para que **as criança sejam alfabetizados** na língua para **ter os seu conhecimento**, para não **perder** a cultura; através do ensino da língua, a criança aprende mais coisa, não só aprender a escrever, mas sim, aprender como se vive numa sociedade ...”.
- e-“ **Os meus trabalho** de entrevista **foi** bom, eu aprendi com as pessoas de mais conhecimento sobre tudo o que eu queria, por tanto quase todas as **disciplina tinha** pesquisa, mais eu consegui fazê-las ...”.
- f- “**Os trabalhos** de pesquisa sobre as frutas **foi** um trabalho muito bom com minhas colegas, aprendi muito com isso e levei para sala de aula ...”.
- g-“ **O trabalho** sobre as frutas não **foram** difíceis, porque eu já tinha um pouco de conhecimento...”.

- h- “... o meu desenvolvimento pessoal e o crescimento, eu acho que foi ótimo, **as dúvidas** que eu tinha **foi superado** porque sempre fiz o possível em aprender, principalmente na língua Kaingang ...”.⁸

Notou-se que não existe concordância, na maioria das vezes, entre o verbo e seu sujeito e também entre o verbo e seu complemento – objeto.

Analisando os fragmentos acima, fica claro que na escrita em português, dos professores Kaingang, com frequência não ocorre a concordância verbal, mas há também – em alguns casos, como nos itens (d) e (h) – falta da concordância nominal⁹.

Não podemos esquecer que os autores destes textos são professores indígenas. E para esclarecer um pouco mais essa questão, uso as palavras da profa. Teresinha Maher:

“qualquer indivíduo que seja bilíngue ou que esteja em contato efetivo com comunidades bilíngües, ao comparar as práticas comunicativas que vivencia, ou testemunha, com a afirmação de que o sujeito bilíngüe funciona nas duas línguas sem apresentar interferência de uma língua na outra, irá perceber estar diante de uma ficção, de um mito. O funcionamento discursivo do sujeito bilíngue, não só permite, mas prevê mesmo a utilização de mudança de código (code-switching) e empréstimos lingüísticos (borrowings) em sua gramática.¹⁰ Um ‘bom’ bilíngüe, e é importante entendermos isso, transita de uma língua para outra justamente porque, diferentemente do monolíngue, tem competência para tanto. Portanto, a mudança de elementos de uma língua para outra não é falta de competência, é sinal de competência em bilinguismo” (MAHER, 2005:100).

Com isso, é possível afirmar que a escrita em português dos professores indígenas bilíngües Kaingang, tomada em conta no referido ensaio, não pode ser considerada “errada” em função da falta de concordância, mas sim, uma escrita que revela competência bilíngue, sendo a dispensa de concordância um recurso aproveitado da língua Kaingang, na qual não existem as formas de concordância gramatical do Português.

⁸ Os fragmentos apresentados neste artigo (a ao h) foram produzidos por professores indígenas Kaingang.

⁹ Há outros exemplos, em textos produzidos pelos professores que participaram do curso Vãfy, que foram anexados ao final daquele ensaio.

¹⁰ A este respeito, ver, por exemplo, Zentella, 1981; Baker, 1993; Mello, 1999 e Hoffman, 2001.

REFERÊNCIAS

- BUENO, Silveira. “Influências do Tupi no Português do Brasil”. *Jornal de Filologia*. São Paulo: Saraiva. Vol.1, n.2 – ano I. 1953.
- CADOGAN, Leon. “El torno al bilingüismo en el Paraguay”. *Revista de Antropologia*. São Paulo/ São Paulo. FFLCH – USP, vol.6, 1958.
- COSTA, Januacele Francisca da. *Bilingüismo e atitudes lingüísticas interétnicas: aspectos do contato Português – Ya:thê*. Recife: UFPE, 1993. Dissertação de Mestrado.
- D’ANGELIS, Wilmar da Rocha. “Kaingáng: questões de língua e identidade”. *Liames – Línguas Indígenas Americanas*. Campinas: IEL-Unicamp, 2002, n. 2, p. 105-128.
- _____. “Concordância verbal de número em Kaingang: algumas pistas”. *Liames – Línguas Indígenas Americanas*. Campinas: IEL-Unicamp, 2004, n. 4, p.71-81.
- _____. “Educação escolar e ameaças à sobrevivência das línguas indígenas no Brasil meridional”. BRASA IX - New Orleans/LO, USA, 27-29 mar 2008.
- D’ANGELIS, Wilmar da Rocha; VEIGA, Juracilda. “Bilingüismo entre os Kaingáng: situação atual e perspectivas”. In L.T. Mota el alii. *Uri e Wãxi. Estudos Interdisciplinares dos Kaingáng*. Londrina: Ed. UEL, 2000, p. 307-326
- GONÇALVES, Solange Aparecida. “Aspecto no Kaingang”. Dissertação de Mestrado. Campinas: IEL-UNICAMP, 2006.
- LEITE, Arlindo G. de O. (Org.). *Kaingang: confronto cultural e identidade étnica*. Piracicaba: Editora UNIMEP, 1994.
- LIMA, Denise Martins de Abreu. “O processo de aquisição de língua estrangeira por crianças brasileiras em sala de aula: reflexões sobre a teoria de Krashen”. Dissertação de Mestrado. Araraquara: UNESP, 1996.
- MAHER, Terezinha Machado. “O bilingüismo e o aluno indígena” In Juracilda Veiga e Ma. Beatriz Rocha Ferreira (Orgs). *Desafios atuais da educação escolar indígena*. Campinas: Núcleo de Cultura e Educação Indígena da ALB; Brasília: Ministério do Desporto, 2006.
- _____. “Do casulo ao movimento: a suspensão das certezas na educação bilíngüe e intercultural”. In Marilda C. Cavalcanti, Stella Maris Bortoni-Ricardo. *Transcultu-ralidade, linguagem eeducação*. Campinas: Mercado de Letras, 2007.
- MATTOSO, Margot Levi. “A ambigüidade do conceito bilingüismo no Brasil”. *1º Encontro sobre Bilingüismo no Sul do Brasil*. Porto Alegre / Rio Grande do Sul. UFRGS, 1982.

MELLO, Heloísa Augusta Brito. *O falar bilíngüe*. Goiânia: ABDR, 1999.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Referencial curricular para as escolas indígenas. Brasília: MEC, 1998

MONSERRAT, Ruth Maria Fonini. “O que é ensino bilíngüe: a metodologia da gramática contrastiva” *Em aberto – educação escolar indígena*. Brasília: INEP / MEC, 1994.

NIMUENDAJÚ, Curt. *Etnografia e indigenismo. Sobre os Kaingang, os Ofaié-Xavante e o Índios do Pará*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1993.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. *Línguas brasileiras. Para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1986.

_____. Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. **D.E.L.T.A.** São Paulo: PUC-SP, 1993, v. 9, n. 1, p. 83-103.

_____. “Macro-Jê”. In R.M.W. Dixon; A. Y. Aikhenvald (Orgs.) *The Amazonian Languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

SILVA, Moana de Lima. “Bilingüismo e escrita em português de falantes nativos do kaingang no RS”. Trabalho apresentado no *I Congreso Internacional de Lenguas y Literaturas Indoamericanas*. Temuco, Chile: Universidad La Frontera, 2006.

_____. “Produção de literatura em Kaingang: uma contribuição para o fortalecimento das línguas minoritárias”. Trabalho apresentado no *16o Congresso de Leitura do Brasil*. Campinas: UNICAMP, 2007.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos. “Informação preliminar sobre o português falado na aldeia Kamayurá”. *Revista de Antropologia*. São Paulo: FFLCH – USP, vol 17, 1969.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos & SILVA, Myrian Barbosa da. “Um traço português Kamayurá (um momento no processo de uma nova língua)”. *Revista Universitas*. Salvador/ Bahia. UFBA, n. 34, 1985.

VEIGA, Juracilda. *Cosmologia e práticas rituais Kaingang*. Tese de Doutorado. Campinas: IFCH-UNICAMP, 2000.

VILKE, M. “Why star early?” in FREUDENSTEIN, R. Teaching foreign languages to the very young: paper from seven countries on work with 4 – to 8 – years olds. Pergamon Press, Great Britain, 1979.